

A. I. N° - 000.856.463-9/03
AUTUADO - CAMPO VALE IND. COM. REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTDA
AUTUANTE - WINSTON PACHECO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 29.10.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0418-03/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 11/08/03, refere-se a aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saída de mercadorias nas vendas a consumidor, apurada através de Auditoria de Caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 10 e 11, negando que tenha ocorrido a infração apontada. Alega que havia saldo referente a fundo de caixa, que sempre fica de um dia para o outro, no valor da diferença encontrada pelo fisco (R\$135,35). Afirmar que quando da visita fiscal ainda não havia ocorrido venda. Informa estar anexando demonstrativos de retirada de Caixa durante os três últimos meses para que seja feita a devida apuração do fato. Ao final, pede a improcedência ou nulidade da autuação.

O autuante em informação fiscal (fl. 39), mantém a autuação, dizendo que do exame do Termo de Auditoria de Caixa verifica-se que o autuado informou ter aberto o Caixa sem saldo de abertura para troco. Acrescenta que de acordo com a leitura “X”, constata-se que houve venda no valor de R\$40,00 (fl. 05). Ao final, aduzindo que foi emitida a Nota Fiscal nº 2502, visando corrigir a venda efetuada sem emissão de documento fiscal, pede a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

De acordo com os documentos anexados pelo autuante, ficou evidente o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 02, com a assinatura do responsável pela empresa autuada, constatou diferença positiva no valor de R\$135,35, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que a diferença entre o valor encontrado no Caixa e o registrado nos documentos fiscais, corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

Quanto à alegação do autuado de que havia saldo referente a fundo de Caixa, que sempre fica de um dia para o outro, no valor da diferença encontrada pelo Fisco (R\$135,35), entendo que não pode ser aceita, haja vista que a auditoria de caixa efetuada detectou que não havia saldo de abertura para troco no Caixa.

Quanto aos demonstrativos de retirada de Caixa apresentados pelo autuado, trata-se de documento interno (fls. 12 a 36), que não tem o poder de descaracterizar a auditoria de caixa realizada.

Vale ainda ressaltar, que o autuante anexou, à fl. 05 a leitura “x” do contribuinte, que indica que havia sido efetuada venda no valor de R\$40,00, ao contrário do que afirmou o sujeito passivo, bem como a Nota Fiscal nº 002502, que foi emitida sob ação fiscal.

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **000.856.463-9/03**, lavrado contra **CAMPO VALE IND. COM. REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de outubro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADOR